ACTA NÚMERO 112

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2017, pelas 20:30 horas, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Esgrima (FPE), presidida por, Fernando António de Oliveira Gomes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), coadjuvado por José Rosado, Vice-Presidente, e por Fernando Borda D' Água, Secretário, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1. Leitura e aprovação da Ata da última Assembleia Geral; ----------
2. Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018; --
3. Outros assuntos. ----------

Presentes os seguintes delegados: ----------

- Luis Manuel Polainas Charréu, pela Academia de Esgrima João Gomes; ----------
- Carlos Francisco da Silva do Rio de Carvalho e Luis Manuel Marques Cóias, pela Associação Antigos Alunos do Colégio Militar; ----------
- Nuno Filipe Rodrigues Frazão, pelo Clube Atlântico de Esgrima; ----------
- Ricardo Nuno Escórcio de Freitas Catanho, pelo Clube Desportivo 1º de Maio; -----
- Peter Csaky, pelo Clube Desportivo Recreativo Santanense; ----------
- Hélder Jorge Coelho Alves e Sofia Alexandra Gregório Nascimento, pelo Colégio Militar; ----------
- Ana Filipa da Cunha Oliveira Ávila de Abreu e Alvim e Rui Miguel Félix Valente, pelo Colégio São Tomás; ----------
- António André Afonso e José Manuel dos Prazeres Faria Luciano, pela Escola Desportiva de Viana; ----------
- José Carlos de Sousa Beja Manaças, pelo Ginásio Clube Português; ----------
- Adérito Orlando Calejo Faustino e Filipe Rocha Melo, pelo Sport Club do Porto; ---
- Bruno Miguel Moreira Carvalho, José Alberto Alves Bartissol e Maria Eugénia Santos Pinto Queirós, pelos Treinadores; ----------
- Catarina Alexandre Ferreira, Inês Parreira Cruz Herminio e Joaquim Filipe Ferreira dos Santos Videira e Rui Artur Soares Costa, pelos restantes Atletas. ----------

Aberta a sessão, o Presidente da AG deu as boas vindas aos delegados e, entrando no ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos a Ata n. º111 foi lida e submetida à apreciação da AG, tendo sido aprovada por maioria de 20 (vinte) votos a favor e 2 (duas) abstenções. ----------

No que concerne à discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018 conforme o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da FPE para proferir alguns esclarecimentos. No uso da mesma, deu as boas-vindas aos delegados e disse, em síntese, que: ----------

O Plano e orçamento é um documento de grande importância e revela o que a Direção pretende fazer no ano seguinte onde estão presentes os projetos que pretendemos desenvolver para a esgrima portuguesa. No ano de 2017 foram cometidos alguns erros na gestão das verbas recebidas, pelo que foram criadas outras iniciativas como estágios, a criação de uma seleção nacional e um protocolo com a Academia Militar. Este plano consubstancia a finalidade de voltar a entrar no quadro competitivo nacional e internacional, adaptando esse mesmo quadro à realidade da esgrima portuguesa ao utilizar uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis, pelo que pretendemos cumprir os contratos programa de formação para qual nos candidatamos. ----------

O Presidente da FPE referiu ainda que no passado a Federação prescindiu da organização de provas internacionais devido às dificuldades financeiras, contudo é intenção voltar a organizar estas provas, tendo sido estabelecidos contactos com o Presidente Internacional da Federação de Esgrima para a organização de um torneio de esgrima na época de 2018/2019 de cadetes sub17. Deste modo, pretendemos de uma forma sustentável, com a colaboração dos corpos sociais e agentes desportivos alcançar a presença em provas internacionais, tornando este Plano de Atividades e Orçamento para 2018 uma realidade. ----------

O presidente da AG questionou se a assembleia se queria pronunciar sobre o documento em apreciação. Na primeira ronda de inscrições para participação foi dada a palavra ao Delegado (sem direito de voto) Fonseca e Santos que questionou que se o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) não atribuir à FPE o que foi solicitado se a Direção irá apresentar um Plano retificativo adaptado à realidade do apoio do IPDJ. ----------

O Delegado Nuno Frazão usou da palavra referindo que relativamente a este plano surgem alterações ao quadro competitivo, apresentando mais treinos e mais estágios e menos provas, sendo importante que a Federação consulte a Assembleia relativamente a dificuldades de financiamento, pelo que a prioridade deve ser assegurar que a prática desportiva mínima continue a ser realizada ao contrário do que tem acontecido. ----------

O Delegado Nuno Frazão questionou ainda qual será a melhor opção entre a organização de estágios e concentrações que se transformam em provas qualificativas sem pistas e sem

árbitros onde sejam definidas seleções, ou provas do campeonato com custos superiores associados a pistas e arbitragens. ----------

A Delegada Eugénia Queirós questionou a existência de gastos elevados em representações internacionais e para a construção e manutenção do *site* da internet comparativamente com o apoio na formação, na iniciação e no desenvolvimento da esgrima. ----------

Referiu ainda que algumas provas são canceladas por falta de financiamento conduzindo a uma desmotivação dos atletas e treinadores, pelo que será favorável remodelar o Plano de acordo com os fundos existentes. ----------

O Presidente da FPE respondeu à questão do orçamento retificativo, dizendo que a medida apenas será sustentável se os contratos programa forem atribuídos no início do ano, pois só assim será possível oportunamente alterar o orçamento, caso contrário ao esperar por uma publicação em Diário da República para retificar o orçamento a FPE poderá perder meses de prática e de formação. ----------

O Presidente da FPE respondeu à questão da realização de provas comparativamente com os estágios, enaltecendo o voluntarismo de alguns clubes na organização de concentrações. Contudo estas concentrações apresentam uma finalidade de contribuir para a construção de seleções nacionais não contando para os *rankings* nacionais, entendendo-se que não seriam necessárias condições semelhantes às provas do quadro competitivo nacional. ----------

Relativamente aos gastos de representações internacionais comparativamente com a formação, o Presidente da FPE, referiu que ao reduzir o consumo de um determinado programa não permite a transferência para aplicar essa verba em outra área, pelo que se um determinado montante não for aplicado no ano seguinte poderá não ser atribuído. ----------

No que respeita ao investimento em comunicação o Presidente da FPE referiu que as Federações por determinação legal têm que possuir um lugar para divulgar as suas informações, pelo que a FPE solicitou orçamentos para a construção do *site* da internet, optando pela solução economicamente mais vantajosa. ----------

Numa segunda ronda de inscrições para intervenção o Delegado José Luciano questionou como serão orçamentadas as medidas apresentadas no Plano de atividades, referindo que devido ao elevado número de provas anunciadas no Plano de atividades, seria mais realista indicar menos provas tendo por base o histórico de financiamento público dos últimos anos, permitindo aos treinadores e atletas uma melhor perceção da realidade da realização das provas. ----------

Referiu ainda que existe mais apoio para a formação ao nível do setor masculino. ----------

Tendo terminado a sua intervenção sugerindo uma alteração da organização de provas ao nível dos escalões, pois em Portugal pratica-se sub-15 e em outros países nomeadamente em Espanha este escalão foi alterado para sub-14, pelo que a esgrima portuguesa poderá ficar isolada neste âmbito. ----------

O Delegado Luís Charréu usou da palavra para dizer que seria vantajoso alterar a apresentação do documento em discussão, colocando por contrato programa quais as rúbricas correspondentes. ----------

Questionou ainda, que face à restrição do número de provas por dificuldades de financiamento, a possibilidade de ser colocada à Assembleia Geral a tarefa da ordenação das provas em termos de prioridades. A Direção deveria solicitar a opinião aos Delegados sobre as percentagens em formação de atletas ou para novos árbitros que pretenderiam utilizar, permitindo aos delegados uma participação mais ativa na elaboração do orçamento. ---------

O Presidente da FPE respondeu à questão da existência de mais provas no setor masculino, referindo que neste momento e de acordo com a realidade da esgrima portuguesa não alteramos ainda a nossa organização de provas, contudo este cenário poderá ser alterado. --

Relativamente à questão dos escalões, a FPE não é a única a manter o escalão sub-15 até porque não existe ainda garantia da Federação Internacional de Esgrima que existirá alterações no calendário de provas internacional. ----------

No que respeita à apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, o Presidente da FPE refere que o documento dificilmente será totalmente realista e absoluto em termos de tudo o que necessitamos, mas se a AG entender que este documento materialize apenas o que é necessário essa alteração será realizada. Contudo, devido ao facto da subsistência da FPE ser na sua maioria através de financiamento público, o problema que surge é o quando iremos receber e não o quanto. Deste modo, só após a atribuição de financiamento será possível a realização de determinadas provas. ----------

O Presidente da FPE referiu que a sugestão de apresentação de percentagens por rúbricas bem como o estabelecimento de prioridades são sugestões de alterações de grande interesse que serão consideradas num próximo documento. ----------

O Delegado Carlos Rio Carvalho questionou qual a forma de obter mais financiamento e ainda o porquê de a Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar não constar no *site* da internet. ----------

A Delegada (sem direito de voto) Sónia Ramos Pereira enfatizou a necessidade de formular um Plano mais real com rubricas mais detalhadas, sugerindo a elaboração de um relatório de

gestão que materialize para onde foram canalizados os recursos, promovendo o esclarecimento dos associados. ----------

Referiu ainda a necessidade e a importância da divulgação da esgrima nas escolas, formando os professores de educação física nas proximidades dos clubes e dotando as escolas com material de iniciação promovendo assim o aumento de participantes. ----------

O Presidente da FPE respondendo às intervenções referiu que a solução para alcançar um aumento de financiamento será o financiamento privado, contudo esta fonte de financiamento é cada vez mais difícil de obter. ----------

Relativamente ao *site* o Presidente da FPE referiu que vai ser atualizado. ----------

O Presidente da FPE referiu que será ponderado a realização de um o relatório de gestão por forma a permitir uma melhor transparência na utilização dos recursos. ----------

O Presidente da FPE respondeu ainda à questão da divulgação, dizendo que será feito um esforço para contrariar o afastamento entre o desporto escolar e o desporto federado. -------

O Atleta Joaquim Videira usou da palavra para manifestar o desagrado da forma como foi apresentado o Plano de Atividades e Orçamento para 2018. ----------

O Presidente da AG agradeceu as questões e não existindo mais esclarecimentos a prestar o Presidente da AG submeteu o Plano e Orçamento para 2018 à votação da Assembleia Geral, que aprovou por maioria de 18 (dezoito) votos a favor, 1 (um) voto contra e 3 (três) abstenções. ----------

Passou-se em seguida para o ponto n.º 3 Outros assuntos, tendo o Delegado Fonseca e Santos usado da palavra para dizer que o Congresso Nacional de Esgrima não foi divulgado pela FPE, pelo que não foi possível obter uma participação desejável. ----------

O Delegado Luís Charréu sugeriu que face às dificuldades económicas será importante analisar qual a melhor opção ao nível do calendário de provas, ponderando a realização de um maior número de provas possíveis, desenvolvendo a competitividade. Contudo será necessário normalizar os regulamentos para que as provas sejam mais económicas. ---------

O Delegado Hélder Alves referiu que embora com poucos recursos para a organização de provas, tem sido possível realizar provas com números consideráveis de participantes, sendo exemplo o Colégio Militar. ----------

O Delegado Hélder Alves questionou ainda a importância de angariar mais participantes para a modalidade, sugerindo que seria útil a existência de uma ligação entre a esgrima e o desporto escolar para obter um maior número de participantes e mais inscrições na FPE. ---

O Presidente da FPE referiu que a não divulgação do Congresso Nacional de Esgrima, foi um erro da FPE, pois foi um evento de extrema importância com comunicações e informações relevantes que serão divulgadas. ----------

O Presidente da FPE referiu que as competições organizadas pelas Federações devem demonstrar uma boa imagem com pistas e arbitragem, na medida em que o financiamento público assim o exige para um quadro competitivo nacional. Para a realização de provas mais económicas é necessário analisar onde é possível reduzir os custos, como é o caso das concentrações onde é prescindido algum material, bem como dos serviços de arbitragem. Contudo para provas do quadro competitivo não é possível realizar estes cortes. ----------

O Presidente da FPE referiu ainda que serão tomadas medidas para integrar o desporto escolar com a esgrima, embora o IPDJ exija a apresentação de todas as filiações como receitas. Relativamente a este assunto, informou que já foi nomeada uma comissão de análise para juntamente com o desporto escolar ser encontrada uma solução para a integração. -----

O Atleta Rui Costa questionou qual é a mais-valia da utilização de pistas sintéticas nas provas, tendo em conta a sua durabilidade e o seu custo, referindo ainda que outras Federações como a Francesa, Italiana e Espanhola utilizam este tipo de pistas. ----------

O Atleta Joaquim Videira referiu que a FPE deveria apenas definir critérios para a organização do Campeonato Nacional, questionando o porquê de a FPE não depositar nos clubes a responsabilidade de organização de provas. ----------

O Delegado Hélder Alves questionou a possibilidade da federação poder dar apoio na conservação e manutenção de material. Por fim sugeriu a importância de existir na FPE um conjunto de pistas sintéticas que a FPE forneceria de empréstimo aos clubes. ----------

O Delegado Luís Charréu questionou a possibilidade de reduzir a remuneração dos árbitros.

O Delegado José Bartissol questionou qual o motivo de ter deixado de ser árbitro internacional, bem como outros elementos que repentinamente perderam esse estatuto e quais foram as diligencias tomadas pela FPE para contrariar esta medida. ----------

O Presidente da FPE respondeu que as pistas de rolo sintético têm um custo aproximado de 2.500,00 € com uma durabilidade de oito provas, sendo mais descartáveis comparativamente com as pistas de placas onde o custo é 2.700,00€ com uma durabilidade de 60 ciclos. Tendo em conta a maior durabilidade das pistas de placas foi entendido ser um melhor investimento. Contudo a sugestão da aquisição de um kit de pistas de rolos para situações específicas é uma boa proposta que iremos tentar desenvolver, podendo inclusivamente utilizar um veículo que permita o deslocamento das mesmas poupando custos associados a montagens de pistas. ----------

De acordo com os estatutos a FPE apenas tem a obrigação de criar os critérios para a realização de um campeonato nacional para que os clubes organizem as provas. Apesar desta medida estar em vigor todos os anos, não surgem clubes suficientes para organizar provas. - O Presidente da FPE respondeu que os clubes podem apresentar pedidos de manutenção de material à FPE e seguidamente serão tomadas as diligencias para encontrar as soluções mais vantajosas. ----------

O Presidente da FPE referiu que a proposta de redução nas remunerações dos árbitros não será uma boa solução, na medida em que o desinvestimento na formação da arbitragem conduzirá a uma redução na qualidade destes agentes desportivos. ----------

O Presidente da FPE terminou a sua intervenção dizendo que a FPE apenas teve conhecimento sobre a alteração dos estatutos dos árbitros internacionais muito recentemente. As informações que a FPE conseguiu reunir referem que os árbitros que não arbitraram nos últimos dois anos perdem o estatuto, pelo que a FPE já redigiu uma reclamação no congresso internacional. ----------

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Geral agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas 23h e 25min. ----------

O PRESIDENTE

O VICE-PRESIDENTE

O SECRETÁRIO

Fernando Heitor Cardoso